



Empresas & Negócios do AGRO

agronegocio@netjen.com.br

São Paulo, quarta-feira, 28 de janeiro de 2026

Uma das melhores para se trabalhar no agronegócio

A Sakata Seed Sudamerica acaba de receber duas das certificações mais relevantes do mercado corporativo, quando o assunto é ambiente de trabalho e bem-estar: Great Place to Work (GPTW) e Great People Mental Health (GPMH). A conquista coloca a companhia entre as melhores para se trabalhar, evidenciando a sua evolução na gestão de pessoas e no bem-estar de suas equipes.

StockSeller_ukr_CANVA

Produtores rurais que foram notificados pela Receita Federal em razão de inconsistências na declaração de rendimentos de arrendamento de imóveis rurais têm até o dia 31 de janeiro para revisar e corrigir as informações prestadas no Imposto de Renda. O prazo é decisivo para evitar multas elevadas, juros e autuações, que podem chegar em até 250% do imposto devido, conforme alerta o advogado tributarista do agronegócio Fernando Melo de Carvalho (@melodecarvalho.advocacia).

Segundo o Carvalho, a Receita vem intensificando a fiscalização sobre arrendamentos rurais, especialmente em casos de divergência entre valores declarados, ausência de contratos formais e rendimentos informados de forma incompleta. A ação tem alcançado não só produtores que, por anos, mantiveram contratos informais ou de "gaveta", prática ainda comum no campo, como também os que declararam de forma errada.

"O produtor que recebeu a notificação precisa agir agora. A retificação dentro do prazo reduz significativamente o risco de multas e de questionamentos futuros", explica Carvalho.

"Hoje, infelizmente, ainda existem muitos contratos de arrendamento feitos de boca ou sem formalização adequada. Isso sempre representou um risco, mas agora passa a ter impacto direto na tributação", explica.

ATÉ 31/01/2026

TERMINA NESTE SÁBADO PRAZO PARA PRODUTORES RURAIS CORRIGIREM INCONSISTÊNCIAS EM ARRENDAMENTOS



Protagonistas na recuperação de solos compactados

A compactação do solo é um dos principais entraves à sustentabilidade e à produtividade dos sistemas agrícolas atuais, especialmente em ambientes submetidos ao tráfego intenso de máquinas, à baixa diversidade de culturas e à ausência de cobertura vegetal permanente. Esse processo resulta no aumento da densidade do solo, na redução da macroporosidade e na limitação do crescimento radicular, comprometendo a absorção de água e nutrientes pelas plantas.

Nesse contexto, estratégias de manejo que promovam a recuperação física do solo de forma gradual têm ganhado relevância, destacando-se a descompactação biológica proporcionada por algumas gramíneas. De acordo com Lara Gabrieli Silva Moura, Zootecnista, mestrande em Forragicultura e Pastagens e Coordenadora de P&D da SBS Green Seeds, gramíneas forrageiras do gênero *Urochloa* (sin. *Brachiaria*), como as cultivares Xaraés, Piatã e Ruziziensis, apresentam elevado potencial para a melhoria da estrutura física do solo devido à arquitetura e à agressividade de seus sistemas radiculares.

"Esses bioporos permanecem ativos mesmo após a dessecação da planta, servindo como vias para o crescimento radicular das culturas subsequentes, além de favorecerem a infiltração de água e a troca gasosa no perfil do solo", detalhou.

Holding rural e ITBI: entenda quando a integralização tem imunidade

A integralização de imóveis em holdings rurais, estratégia cada vez mais usada por famílias do agronegócio para organizar patrimônio e estrutura societária, pode ter imunidade de ITBI, mas o benefício não é automático e pode ser derrubado por detalhes que levam o município a tratar a empresa como "imobiliária". O alerta é de André Aidar, sócio e Head de Direito do Agronegócio no Lara Martins Advogados, professor de Direito Comercial e Processual Civil, doutor e mestre em Agronegócio (UFG).

Segundo o especialista, a imunidade decorre do art. 156, §2º, I, da Constituição Federal e se aplica quando a integralização do imóvel ocorre como capital social de pessoa jurídica cuja atividade preponderante não seja imobiliária. "A imunidade é reconhecida quando o imóvel é efetivamente integralizado como capital, a holding exerce atividade econômica real e a operação tem substância econômica e finalidade organizacional legítima, sem simultaneidade de compra e venda. Deve existir coerência entre o imóvel e a atividade desenvolvida", afirma.

Aidar ressalta que é irrelevante, por si só, o fato de o imóvel ser rural ou urbano. "O critério central é a atividade da pessoa jurídica", resume.

Na prática, o advogado explica que a imunidade costuma ser afastada quando a holding é criada apenas para concentrar imóveis e inexistente atividade operacional concreta. Também acendem alerta situações em que o capital social é simbólico ou desproporcional em relação aos bens integralizados, quando a empresa não possui histórico econômico ou é constituída pouco antes da operação, e quando a principal fonte de receita decorre de rendas imobiliárias.

Outro ponto sensível é quando o imóvel é integralizado e, em



André Aidar

seguida, cedido ou arrendado a terceiros sem vínculo produtivo, o que tende a reforçar a leitura de que a estrutura foi montada mais para "acomodar patrimônio" do que para viabilizar uma atividade econômica real.

"Nessas hipóteses, o município tende a caracterizar a operação como fato gerador de ITBI, afastando a imunidade constitucional", diz Aidar.

De acordo com ele, o foco da fiscalização municipal não é a denominação social, mas a realidade econômica da empresa. Entre os fatores que costumam caracterizar atividade imobiliária preponderante estão o objeto social excessivamente genérico ou abrangente, a previsão expressa de compra, venda ou locação habitual de imóveis, a ausência de CNAE vinculado à atividade rural e a inexistência de exploração agrícola, pecuária ou agroindustrial.

"Mesmo tratando-se de imóvel rural, a holding pode ser enquadrada como imobiliária se a atividade exercida for meramente patrimonial, sem vínculo com produção ou exploração rural", afirma.

Tomate saladete ganha força

O cultivo de tomates ocupa posição estratégica na horticultura brasileira, tanto pelo consumo interno elevado quanto pela relevância econômica para pequenos, médios e grandes produtores. Presente em diferentes sistemas produtivos — do campo aberto às estufas —, a cultura exige decisões cada vez mais técnicas, especialmente diante de variações climáticas, pressão de pragas e doenças e mudanças no comportamento do mercado consumidor.

Na comercialização, o formato, a coloração e o sabor do fruto exercem papel fundamental. O tomate alongado, por exemplo, tem preferência consolidada em algumas regiões do país, por questões culturais e de hábito alimentar, como no Sul; em algumas áreas do Centro-Oeste, com destaque para Brasília; e no Nordeste, como é o caso do Ceará. Essa demanda regional direciona a escolha de materiais que aliem desempenho agrônomo e aceitação comercial.

Assim, o tomate Venetto F1, da linha Topseed Premium, tornou-se uma opção voltada às necessidades atuais do produtor. O híbrido é do tipo saladete, com frutos grandes, pesados, firmes e uniformes, características valorizadas pelo mercado. Sua coloração vermelha intensa e sabor diferenciado também contribuem para a alta procura dessa variedade nos pontos de venda (www.agristar.com.br).

Destaque I



Arquivo pessoal

Queijo Agroecológico promove preservação e regeneração ambiental na Serra da Canastra

As margens do Ribeirão Araras, afluente do Rio São Francisco, uma pequena propriedade rural em Piumhi, na Serra da Canastra, tornou-se referência ao demonstrar que produzir o tradicional queijo, que leva o nome da serra, pode ir além da conquista de paladares mundo afora. À frente da Queijaria Faz o Bem, criada em 2021, o engenheiro agrônomo Vinícius Soares conduz uma propriedade agroecológica que combina produção artesanal, recuperação ambiental e integração de sistemas produtivos para fazer queijo de forma sustentável. De uma área com 25 hectares, 44% estão preservados com mata nativa. No restante, ele implantou um sistema de manejo regenerativo que integra pastagem, agrofloresta, bem-estar animal das vacas que produzem o leite, e aproveitamento total dos subprodutos do queijo. "A proposta é melhorar o ambiente onde estamos inseridos, beneficiando as futuras gerações", afirma.

Destaque II



Agristar do Brasil

Melancia de alta qualidade impulsiona venda direta e fideliza consumidores no Sul do país

A valorização de frutas com melhor padrão visual, sabor mais intenso e maior vida útil tem influenciado as decisões no campo e aproximado produtores do consumidor final. No Rio Grande do Sul, essa mudança é perceptível na cadeia da melancia, especialmente em regiões com forte presença de venda direta. Em Rio Pardo, no interior do estado, a melancia Rochedo tem se consolidado como uma alternativa estratégica para produtores que buscam diferenciação e fidelização do mercado. Na localidade de Passo da Taquara, a cultura faz parte da história da família de Otomar Rodrigues há mais de 50 anos. "Meu avô já plantava melancia, depois meu pai, e eu estou nesse ramo há mais de 30 anos", conta o produtor. Segundo ele, a adoção da melancia Rochedo, há cerca de seis anos, trouxe ganhos consistentes. "É um material bom, produz bem, tem bom peso e o fruto é bem fechado. É uma fruta que está dando certo para nós aqui".

Valtra leva inovação e tecnologia de precisão para a Coopavel 2026

A Valtra, referência em tecnologia agrícola, marcará presença no Show Rural Coopavel 2026, que acontece na cidade de Cascavel, no Paraná, entre os dias 9 e 13 de fevereiro. Entre os destaques da feira deste ano, a Valtra exibe máquinas que são referência em inovação, como a Série S6, além de conjuntos de plantio de precisão e soluções versáteis para o pequeno e médio produtor. "A feira é o palco perfeito para demonstrarmos como a tecnologia está transformando a eficiência no campo. Com esses maquinários, entregamos ao produtor o que há de mais moderno em potência e precisão, para garantir que o agricultor extraia o máximo rendimento de cada hectare, com o menor custo operacional possível", comenta Claudio Esteves, diretor comercial da Valtra (<https://www.valtra.com.br/>).

Pif Paf Alimentos reforça estratégia de expansão internacional na Gulfood 2026

A Pif Paf Alimentos participa da Gulfood 2026, uma das maiores feiras internacionais de alimentos e bebidas do mundo, que ocorre até 30 de janeiro, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Segundo Antônio Costa, Diretor Comercial da Pif Paf Alimentos, a Gulfood oferece uma vitrine global para fortalecer marcas e ampliar oportunidades. "É uma grande oportunidade para expor nossas marcas, além de reforçar presença em um ambiente de visibilidade global para nossos produtos", afirma.

Projeção para a produção de algodão em janeiro segue estável

A estimativa para a produção brasileira de algodão em janeiro permanece em 3,7 milhões de toneladas, mantendo o mesmo volume projetado no relatório de dezembro da StoneX, empresa global de serviços financeiros. Apesar da estabilidade mensal, o número representa uma queda de 11% em comparação à safra 2024/25. Segundo o analista de Mercado Raphael Bulascoschi, a StoneX segue acompanhando de perto o avanço da produtividade, enquanto a redução de 110 mil hectares na área cultivada se mostra condizente com o cenário atual da cultura no país (<https://stonex.com/pt-br>).

Oferta reduzida eleva preços do tomate e evidencia necessidade de preparo de solo



Os preços do tomate registraram alta expressiva nas principais centrais atacadistas brasileiras na terceira semana de janeiro, impulsionados por uma oferta mais restrita de frutos de padrão comercial nas regiões produtoras, cenário que reforça a importância da preparação do solo para melhorar a produtividade e reduzir a volatilidade da safra.

bymeridieniz_CANVA

OPINIÃO

Carne é carne, queijo é queijo.

Roberta Zuge (*)

A União Europeia (UE) estabeleceu um rigoroso marco regulatório para proteger as denominações tradicionais associadas a produtos de origem animal, visando evitar qualquer confusão ao consumidor.

Regulamentos específicos, como o (UE) n.º 1308/2013, proíbem expressamente o uso de termos como "leite", "manteiga", "queijo" ou "iogurte" para descrever produtos puramente vegetais. O prazo para adequação findou: a regra deve ser cumprida. A exceção se aplica a designações consagradas pelo uso, como "manteiga de amendoim". A justificativa tripla: proteger a integridade dos setores agropecuários tradicionais, salvaguardar a clareza para o consumidor – que deve identificar imediatamente a natureza do produto – e preservar o valor cultural e econômico das indicações geográficas. Esta política reflete uma visão na qual a nomenclatura está intrinsecamente ligada à origem e ao método de produção.

No Brasil, a regulação é mais permissiva e fragmentada. A Instrução Normativa n.º 76/2018 do MAPA proíbe o uso de denominações de produtos de origem animal para alimentos de origem vegetal, alinhando-se, em parte, ao princípio europeu. No entanto, na prática, essa norma não é uniformemente aplicada ou reconhecida, especialmente no setor de inovação alimentar. É comum encontrar no mercado brasileiro produtos denominados como "queijo vegano", "presunto de soja" ou "leite de amêndoas" sem grandes entraves. A justificativa das empresas e de parte dos consumidores gira em torno da funcionalidade e da familiaridade do termo, que comunicaria rapidamente o

propósito do produto, em um mercado ainda em formação e com menor tradição regulatória nesse nicho.

A ratificação do Acordo Mercosul-UE coloca este tema no centro das discussões técnicas de harmonização regulatória. Para o Brasil, a pressão para adequação será significativa, não apenas como contrapartida comercial, mas como uma necessidade para proteger suas próprias exportações de produtos agropecuários com denominação de origem. Um sistema dual, onde a UE protege seus termos, mas o Brasil permite seu uso genérico, pode gerar distorções comerciais e conflitos. Portanto, é imperativo que o Brasil avance na normatização clara e na fiscalização do uso indevido de nomenclaturas que causam confusão. Isso não implica necessariamente a adoção integral do modelo europeu, mas exige a criação de uma regra nacional inequívoca – seja proibitiva, como a europeia, ou permissiva com qualificativos obrigatórios evidentes.

A harmonização regulatória neste campo é mais do que um mero formalismo; é uma questão de transparência no mercado e de defesa comercial. A normatização brasileira, impulsionada pelo acordo, deve equilibrar dois objetivos: **proteger o consumidor contra informações enganosas**, assegurando que a descrição do produto reflita com precisão sua natureza, e **proteger os produtores tradicionais** brasileiros, cujos produtos de origem animal e suas denominações também são um ativo econômico valioso. A adoção de uma terminologia precisa e distintiva para os produtos vegetais inovadores, longe de reprimir o setor, pode conferir-lhe legitimidade, clareza e facilitar sua integração em um comércio internacional com regras cada vez mais definidas.

(*) Mestre e Doutora em Reprodução Animal pela Universidade de São Paulo (USP) e conselheira do Conselho Científico Agro Sustentável (CCAS).

Seguindo tendência de queda no Nordeste, Paraíba enfrenta redução na produção de açúcar

A região Nordeste registra uma redução estimada entre 500 e 600 mil toneladas na produção de açúcar na safra 2025/2026. A moagem de cana caiu pouco mais de 7%, o que já sinaliza uma safra menor do ponto de vista físico. No entanto, o dado mais relevante é a queda de cerca de 24% na produção de açúcar, percentual muito superior à retração da matéria-prima. A redução da moagem de cana na região vem sendo registrada pelo noticiário especializado. O Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado da Paraíba (Sindalcool), que representa as usinas de açúcar e etanol no estado, também confirma esse cenário.

O Sindalcool explica que, do ponto de vista agrícola, houve de fato uma quebra de oferta. A moagem regional caiu pouco mais de 7%, reflexo de um ciclo climático irregular, marcado por seca em fases iniciais do canavial e excesso de chuvas durante o período de colheita. Esse ambiente afetou tanto o volume quanto a qualidade da cana. No entanto, se o problema fosse exclusivamente agrícola, a produção de açúcar teria recuado em proporção semelhante à moagem. O que se observa, na prática, é uma queda muito mais acentuada do açúcar, superior a 24%.

Em 2025, o mercado inter-

nacional de açúcar operou com preços mais baixos, em função da recomposição da oferta global. Para o Nordeste, onde os custos industriais e logísticos são estruturalmente mais elevados, esse patamar de preços reduziu significativamente a rentabilidade da exportação.

A situação foi agravada pela perda do acesso a mercados preferenciais, como a cota americana, que historicamente funcionava como um amortecedor de preços para a região. Diante desse cenário, muitas usinas deixaram de produzir açúcar.

“As usinas da Paraíba, e do Nordeste, têm custos de exportação menores em comparação aos estados do Centro-Sul. Contudo, por prudência, passaram a reavaliar a velocidade dos projetos de expansão de capacidade produtiva de açúcar. Isso também indica que as novas fábricas deverão incluir tecnologias de coleta de dados ao longo do processo produtivo. A disponibilidade de produto continuará sendo uma vantagem competitiva da região. As usinas vêm discutindo com o Estado a gestão de riscos e a arrecadação. O fato é que temos uma redução substancial do volume produzido na região, de 600 mil toneladas de açúcar a menos”, disse Edmundo Barbosa, presidente-executivo do Sindalcool.

Inovação no pasto pode elevar renda do pequeno e médio produtor

Especialista explica como o uso de pastagem formada por Tifton 85 gera aumento de faturamento via aumento da produção por área e economia de custos com ração

Diferentemente do que muitas pessoas pensam, adotar o Tifton 85 como forrageira no campo é uma alternativa ideal para pequenos e médios produtores, especialmente os pequenos, que enfrentam limitações de área para expandir a produção e o faturamento.

A explicação é do zootecnista Oswaldo Stival Neto, especialista em produção de ruminantes e pastagens. Segundo ele, o fator diferencial está na possibilidade de aumento da produtividade na área já existente. “Como a aquisição de terra se tornou inviável devido à sua valorização, a adoção de tecnologias como o Tifton 85 é uma solução viável e rentável para o produtor”, destaca ele.

Resultado do cruzamento de uma gramínea de clima temperado dos EUA com uma de clima tropical da África, esta pastagem, criada em 1992 nos Estados Unidos, tem maior quantidade de matéria seca (alimento) por hectare e mantém cobertura densa que protege o solo contra a erosão, diferente das touceiras de outras pastagens. Além disso, ela oferece ao gado cerca do dobro do valor nutritivo que o capim braquiária, que é mais comum nas fazendas brasileiras.

“Com isso, é possível saltar da média de uma para sete cabeças por hectares e uma produção média de 40 arrobas por hectare sem o uso de ração, o que contribui para aumentar a produtividade sem necessidade de desmatamento”, enfatiza o especialista que desenvolveu uma tecnologia de clonagem das mudas de Tifton 85, que facilita o plantio, por meio da empresa Amazon Mudás.

Dessa forma, o aumento da produtividade leva a uma maior produção de carne ou leite por hectare, elevando a renda do produtor. O Tifton 85 possibilita colocar mais animais por hectare devido à sua ve-



Divulgação

locidade de rebrota e entrega de maior valor nutricional (proteína bruta), resultando em maior ganho de peso por animal ou maior produção de leite por vaca.

Além disso, conforme Oswaldo Neto, “o investimento no Tifton 85 tem um alto payback: a economia gerada pela redução no uso de ração pode pagar o custo de implantação em cerca de seis meses”.

O especialista destaca que ainda existem os benefícios secundários, sendo a evolução da área em ganho de fertilidade do solo ano após ano e o aumento principalmente da matéria orgânica da terra, diferentemente de outras forrageiras que permitem a degradação do solo, tornando a pequena ou média propriedade em uma área com longevidade e aumento de produtividade. O manejo do Tifton 85 também é considerado mais fácil do que o de outras forrageiras, como o Mombaça, evitando a necessidade

de roçar após o capim passar do ponto ideal, facilidades estas, importantes para os produtores de menor porte, aponta o zootecnista, presidente da Amazon Mudás.

Resolvendo o gargalo

Oswaldo Stival Neto explica que apesar do Tifton 85 ser uma pastagem desenvolvida desde os anos 1990, a forma de plantio por rama, utilizada inicialmente no Brasil não foi eficiente, por isso seu uso não se ampliou. Mas, nos últimos anos, o desenvolvimento da técnica de plantio para mudas vem trazendo maior efetividade para sua implantação. Na Amazon Mudás, Oswaldo e sua equipe desenvolveram uma tecnologia para cultivar as mudas matrizes, promover seu melhoramento genético e depois transportar para os pastos e realizar seu plantio de forma similar ao de tomate ou batata, usando plantadeiras. “A iniciativa resolveu o gargalo da forma de plantio”, diz Oswaldo.

O B2B se tornou estratégia para a competitividade do agronegócio

Durante décadas, o agronegócio brasileiro foi retratado a partir do que acontece no campo. Produtividade, clima, tecnologia agrícola e exportações sempre ocuparam o centro do debate. Esse retrato segue válido, mas já não explica sozinho a dinâmica atual. O setor se transformou em uma cadeia empresarial complexa, sustentada por contratos, decisões técnicas e relações comerciais estruturadas. Nesse contexto, o B2B ganhou protagonismo.

À medida que a cadeia agroindustrial cresceu, aumentaram também as exigências sobre quem vende, compra, distribui e negocia. Os ciclos de venda são longos, os riscos operacionais são elevados e as margens exigem planejamento e previsibilidade. Modelos baseados apenas em relações pessoais e negociações pontuais passaram a mostrar limites claros diante de um ambiente mais competitivo e volátil.

Grande parte das transações que movimentam o agronegócio acontece longe do consumidor final. Insumos, logística, crédito, tecnologia e serviços operam, em sua maioria, no modelo business to business. Ainda assim, muitas empre-



Divulgação/Fernanda Freitas

Fernanda Freitas

sas mantêm estruturas comerciais pouco organizadas, o que compromete eficiência, escala e gestão de riscos.

A profissionalização do B2B no agro passa por processos comerciais bem definidos,

vendas consultivas e leitura estratégica de mercado. Não se trata apenas de aumentar volume, mas de qualificar as relações, reduzir incertezas e construir parcerias de longo prazo. Em um setor exposto a fatores como clima, câmbio e custos elevados, a previsibilidade se torna um ativo.

Quando as relações se fortalecem, os efeitos aparecem em toda a cadeia. Contratos mais claros reduzem conflitos. Processos comerciais consistentes aumentam a previsibilidade de receita. Parcerias estáveis substituem negociações reativas e ampliam a capacidade de planejamento das empresas.

O crescimento do agronegócio brasileiro não depende apenas de ganhos de produtividade dentro da porteira. Ele passa, cada vez mais, pela forma como as empresas se organizam, negociam e estruturam suas relações ao longo da cadeia. O avanço do B2B é um sinal de amadurecimento do setor e uma condição necessária para sustentar competitividade em um mercado cada vez mais complexo.

(Fonte: Fernanda Freitas, especialista em gestão comercial e vendas B2B).

Uso de dados e IA chegam à suinocultura brasileira

A suinocultura brasileira está entrando em uma nova era, impulsionada pelo avanço da tecnologia e pelo uso de ferramentas que tornam a produção mais previsível, eficiente e lucrativa. A integração de modelagem matemática, inteligência artificial (IA) e big data promete transformar radicalmente o manejo e a gestão das granjas. É o que explica o médico-veterinário e mestre em Ciência Animal, Marcino Pereira Júnior, Gerente de Serviços Técnicos de Suínos da

De Heus Brasil, que enxerga nestas ferramentas a chave para a evolução do setor.

De acordo com o especialista, para compreender o funcionamento dessas tecnologias é fundamental, antes de tudo, saber como elas se complementam. “O big data funciona como um grande banco de informações da granja, reunindo históricos de produção, nutrição e sanidade. A modelagem matemática utiliza esses dados para simular cenários e prever resultados, como ganho de peso ou

conversão alimentar. Já a inteligência artificial interpreta essas informações em tempo real, automatizando análises e sugerindo as melhores decisões no dia a dia da granja. O resultado será uma produção mais previsível, eficiente e rentável”, elucida Pereira.

Outro pilar importante neste contexto de evolução tecnológica é o big data. Ele compila e armazena um grande volume de informações da granja, permitindo análises profundas e decisões rápidas.